



## DIFERENTES OLHARES SOBRE CONCEITO DE REGIÃO

*Gelsoli Casagrande*<sup>1</sup>

### Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo o termo região e, como ferramentas de análise, recorre a textos, discussões, considerações e contextualizações que corroboram avanços, no que se refere a pesquisas referentes ao conceito de região.

Do latim *régio*, a palavra região fundamenta e define uma paisagem, uma área geográfica que forma uma unidade, um território com suas características étnicas, econômicas, sociais, culturais e físicas. O termo região também remonta os tempos do Império Romano, no qual a palavra *regione* era utilizada para designar áreas. Outros conceitos de natureza espacial passaram a ser utilizados na mesma época, como os conceitos de espaço (*spatium*) e o de província (*provincere*). Como peculiaridade, tem-se o fato de que muitas disciplinas – como a antropologia, a economia, a psicologia, a biologia, a geografia e a história – trabalham o conceito do termo, propondo formulações próprias de suas áreas, as quais, naturalmente, são legítimas e adequadas dentro de suas peculiaridades.

No que refere aos conceitos aos quais recorreremos neste estudo, tomamos por base Bourdieu<sup>2</sup>, que afirma que “É preciso prestar uma homenagem aos geógrafos, [pois] eles foram os primeiros a interessarem-se pela economia regional. Por vezes mesmo eles tendem a reivindicá-la como uma coutada”.

Quando nos propomos a traçar uma linha de pensamento com o propósito de conceituar região, muitas são as dificuldades encontradas. A primeira delas, de modo geral, é decorrente do fato de que o termo permite referência a várias escalas, podendo indicar e localizar qualquer tipo de

---

1 Fotógrafo. Graduado em Design Gráfico, pela Universidade de Passo Fundo (2015). E-mail gelsoli@upf.br.

2 BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico. Memória e sociedade*. Lisboa, Difel / Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1989, p.108.

extensão concreta, tal como uma região do cérebro humano ou a região de um bairro, uma província ou um conjunto de países<sup>3</sup>.

### **Distintas vertentes sobre a região**

Em seu livro *Geografia: conceitos e temas*, Gomes<sup>4</sup> traz algumas informações sobre os âmbitos nos quais a noção de região está presente. O primeiro é a própria *linguagem cotidiana do senso comum*, caso em que os princípios fundamentais são o de localização e o de extensão, sendo aplicadas expressões como “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, ou “a região da cidade X”. Nesse universo, os critérios são múltiplos, não há exatidão nos limites e a escala espacial também altera bastante. O segundo domínio é o administrativo, no qual a região é vista como uma *unidade administrativa*. Sabe-se que, desde o fim da Idade Média, “as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas”. Nesse caso, a divisão regional é a base para a definição e o exercício do controle na administração dos Estados e de suas sub-unidades, quando for o caso. É preciso destacar que muitas vezes empresas e instituições (como a Igreja Católica) utilizam os recortes regionais para delimitação de circunscrições hierárquicas administrativas. O terceiro domínio é o das *ciências em geral*, nas quais o emprego da noção de região associa-se também à ideia de localização de determinados fenômenos. Aqui, o emprego resguarda a etimologia, pois região é vista como “área sob certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem”.

Para a geografia, o conceito ou a definição de região se torna algo mais concreto, pois se trata de delimitar um espaço físico, estabelecendo fronteiras, políticas ou naturais (montanhas, rios, estradas, etc.). Nesse sentido, quando não é possível visualizar essa demarcação, nos deparamos com outra dificuldade, que nos conduz ao questionamento: “região, regional ou regionalismo?”, olhar que conduzirá o desenvolvimento deste artigo científico.

Dentre os autores estudados no decorrer das aulas, recorreremos algumas vezes aos trabalhos de Bourdieu<sup>5</sup>, que evidenciam que existe uma “luta” entre historiadores, geógrafos, cientistas e etnólogos. O sociólogo francês pontua que os geógrafos apresentam trabalhos minuciosos sobre espaços determinados e relatos com exageros de detalhes de fenômenos físicos, prendendo-se apenas ao que enxergam e à análise do espaço; os historiadores e os economistas, por sua vez, querem compreender os acontecimentos que transformam essas regiões, levando-as ao progresso ou

---

3 BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *La Géographie, méthodes et perspectives*. Paris, Masson, 1971.

4 GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

5 BOURDIEU, Pierre.

ao declínio. Para esses, a região só existe a partir das articulações dos agentes que integram esse contexto.

Esse conflito teórico ou conceitual a que refere Bourdieu se dá a partir do momento em que a definição de região começou a ser tema de interesse para os economistas. Antes de se tornar alvo de preocupações sistematizadas, os estudos regionais buscavam, sobretudo, identificar especificidades, curiosidades e descrições sobre as mais diferentes partes do globo<sup>6</sup>.

Nesse contexto, tem-se que, no momento em que o historiador se propõe a realizar uma pesquisa histórica, é imprescindível definir a “região” a ser estudada, mas essa definição tende a não ser tão simples assim, pois o objeto de estudo pode não caber em um simples recorte local, o que implica que, por vezes, seja necessário abordar variáveis em âmbito regional, nacional ou mesmo mundial. A opção do historiador acaba sendo, na maioria dos casos, a própria indicação territorial especificada na documentação a ser estudada, obedecendo a um recorte administrativo. Sempre é bom salientar que durante a construção da pesquisa do historiador não há uma objetividade de espaço. Michel de Certeau<sup>7</sup> considerava essencial para a escrita da história a relação entre o espaço e o tempo, traçada pelo próprio historiador. A escolha do espaço não é inocente e se dá a partir de uma decisão que exclui relatos e documentos a partir da delimitação das fronteiras espaciais do seu objeto. O historiador é quem determina o espaço e o tempo de sua narrativa. Por menor que seja a delimitação de espaço a que se atenha determinado fato histórico, ele pode ser considerado como resultado de um conjunto de intenções contraditórias, em que convergem para sua concretização fatores externos, que podem ter caráter regional, nacional e até mesmo transnacional.

Podemos perceber claramente, no artigo *História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas*, de Claudia Viscardi<sup>8</sup>, que a delimitação bem distinta de espaço regional divide os pensadores em duas correntes. Integram a primeira corrente autores como Milton Santos, Silveira, Ciro Cardoso e Francisco Oliveira, os quais são influenciados por instrumentos marxistas e afirmam que o sujeito é menos importante do que o objeto e que a região só pode ser entendida a partir do conjunto de subsídios econômicos, políticos e sociais inter-relacionados. Já na segunda corrente, os autores Ilmar Mattos, Revel e Marcos Silva defendem a ideia de que região é uma construção dos

---

6 CLAVAL, Paul Charles. *Evolución de la geografía humana*. Vilassar de Mar (Barcelona), 1974 (1ª ed. 1964), 240 pp.

7 CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

8 VISCARDI, Claudia. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, Vol 3, n. 1.

agentes com moldes próprios, dentro da realidade existente. Para esses estudiosos, a identidade regional é, pois, um produto da construção humana.

Com novos rumos delimitados por pesquisas enraizadas em áreas diversas, o cenário começou a mudar, ocorrendo a ampliação no número de cursos de pós-graduação em História e o consequente aumento no volume de pesquisas e publicações científicas. Esse novo perfil teórico e acadêmico fez com que também se ampliassem substancialmente as opções teórico-metodológicas. Com o propósito de facilitar a melhor compreensão acerca da necessidade de explicar e aceitar completamente a relação entre os conflitos dos debates em torno da noção de região e o espaço regional, Silva<sup>9</sup> aponta que, para se delimitar uma região, não se deve levar em conta só os aspectos jurídico-administrativos, nem somente aspectos exclusivamente econômicos, devendo ser considerados os de ordem social e, sobretudo, política. Em contraponto a isso, o pesquisador destaca que é necessário pensar que o espaço regional é instalado a partir das ações de seus atores, suas histórias de família, das associações, do conjunto de identidades, fatores e condições de trabalho, não estando seu conceito, portanto, necessariamente preso aos limites constituídos. Logo, refletir sobre a região envolve a compreensão das relações entre as formas e seus conteúdos estabelecidos num determinado espaço, interagindo entre si<sup>10</sup>.

A contribuição da antropologia, a partir dos estudos de Pierre Bourdieu<sup>11</sup>, ajudou em muito no estabelecimento de critérios de delimitação regional. Para o sociólogo, a divisão regional não existe na realidade, pois essa mesma realidade é a representação que dela fazemos. Dessa forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. A região é o resultado do fluxo de ações internas e externas. Em outras palavras, para compreendê-la, é preciso entender como ocorre a internalização dos processos externos, tendo em conta o que nela preexiste à chegada do externo, ou seja, a sua história. Volta-se, então, para o jogo de relações entre o externo e o interno, ou seja, o conjunto de relações que fará com que um mesmo processo mundial de produção tenha diferentes resultados conforme cada lugar ou região<sup>12</sup>.

Nesse universo, ao estudarmos o tema região/regional, normalmente vamos nos deparar com o termo relativo ao regionalismo. A ideia do regionalismo teve forte influência econômica no século XIX, quando o nordeste viu nesse conceito uma forma de se proteger da hegemonia do centro-sul, configurando uma disputa política e a defesa de interesses. O regionalismo é, nesse sentido, um importante instrumento que unifica e mobiliza grupos sociais nas disputas de vantagens adicionais e do jogo político. Quando se chega a momentos de disputa de bens públicos ou de poder político

---

9 SILVA, M. A história e seus limites. In: *Revista História e perspectivas*. Uberlândia, v. 6, jan-jun.1992.

10 SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec. 1988.

11 BOURDIEU, Pierre.

12 SANTOS, Milton.

com critérios regionais de distribuição, é possível encontrar grupos com atitudes mais radicais, implicando o desejo do separatismo. Por isso, a região passou a ser assunto também da sociologia.

Autores como Pierre Rosanvallon, René Remond e J. Le Goff discorrem sobre a renovação da história política, a exemplo do que fez Serge Berstein<sup>13</sup>, que contribuiu com conceito de cultura política, concebendo-a como um conjunto de comportamentos coletivos, de sistema de representação política e de valores políticos de uma dada sociedade, podendo revelar preciosas informações acerca do não dito.

Viscardi<sup>14</sup> pondera que a história política nos últimos tempos passou por interessantes reflexões, porém, no Brasil, não ocorrem mudanças de forma majoritária, pois se percebe que os temas políticos, os recortes espaciais e temporais, as fontes utilizadas e a inserção da instância política no contexto geral da história permanecem fundamentados nos parâmetros das Escolas dos Annales ou do marxismo. É possível observar que a produção em história política e regional prescinde de uma análise metodológica e que as escolhas dos critérios de divisão regional devem ter uma delimitação clara de suas fronteiras. Também, a região estudada tende a vir isolada do contexto em que se insere, com uma abordagem regionalista da região.

Com o notável avanço das pesquisas sobre a noção de região nas últimas décadas, se fez possível observar mais corretamente que a fronteira entre países é um espaço social de interação. Ao falarmos de história regional, irremediavelmente estaremos falando de história e geografia – tempo e espaço –, áreas do conhecimento que passaram sucessivamente por enfoques teóricos equivalentes. O que importa, no dizer de Chartier<sup>15</sup>, é a definição de um marco de estudo no qual sejam visíveis as conexões históricas em relação com a população, as culturas, as economias e os poderes, em um contexto no qual se tornem visíveis a circulação de homens e produtos e a mestiçagem dos imaginários.

Podemos ressaltar que tanto a demarcação de uma determinada região – como, por exemplo, a região das hortênsias ou da fronteira – quanto o conceito de região são representações simbólicas e não correspondem à realidade. São, pois, um produto da construção humana. Como observa Bourdieu<sup>16</sup>, tanto o discurso regionalista (voltado para constituir a identidade de uma região) quanto o discurso científico (voltado para descrever relações regionais) são performativos, isso é, constroem a realidade que eles designam. Desse modo, a noção de região se transforma em uma

---

13 BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Para uma história Cultural*. Lisboa: Estampa, 1988.

14 VISCARDI, Claudia. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, Vol 3, n. 1.

15 CHARTIER, Roger. La conscience de la globalité. *Annaler HSS*, Paris, n. 1, 2001, p. 121.

16 BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico. Memória e sociedade*. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

opção metodológica adequada para reconstruir as heranças múltiplas que moldam o passado e definem a identidade de um âmbito social e sua construção histórica, com suas relações e mudanças independentemente da soberania estatal que lhe corresponda.

Muitos historiadores vêm, recentemente, adotando uma postura diferente diante dos estudos totalizantes dos quadros amplos da história geral e vêm lançando um olhar mais atento sobre uma escala reduzida de observação, em que as variáveis atuantes podem ser melhor estudadas. O autor Afonso Graça Filho<sup>17</sup>, em seu livro *História, região e globalização*, esclarece que se parte do entendimento de que o espaço é construído pelas preocupações que orientam o trabalho do historiador e que nenhuma delimitação se impõe, a princípio, de forma natural. Portanto, a coerência do recorte espacial precisa estar em sintonia com o objeto da pesquisa, pois ele determinará a amplitude de espaço a ser abrangido “seja ele de natureza econômica, política, cultural, seja de outra espécie”.

### **Regionalismo no sul do Brasil**

A região Sul do Brasil sempre foi vista com uma marcante presença europeia. Sua população foi formada pela mistura de diversas nacionalidades provindas da Europa e, em menor número, mas também presente, da África, que, por sua vez, misturaram-se com os nativos que habitavam a região. Além disso, o povoamento do Brasil, país com imensa extensão territorial, ocorreu de forma desigual e em várias áreas diferentes e distantes entre si.

Sobre esse processo da construção da identidade regional, Bourdieu<sup>18</sup> argumenta que o regionalismo não passa de um caso particular de lutas simbólicas em que os agentes estão engajados seja individualmente, seja de forma coletivamente organizada, para a conservação ou transformação das relações de forças simbólicas. Estudos mais recentes nos mostram justamente o quanto a construção de uma memória nacional e de uma identidade regional envolve disputas simbólicas, passando pelo Estado, pelos meios de comunicação de massa e pelos intelectuais. Halbwachs<sup>19</sup>, um dos precursores dos estudos sobre a memória, nos mostra como a memória pessoal está ligada à memória grupal, e esta, por sua vez, à memória coletiva de cada sociedade, o que poderia ser chamado de tradição.

Ao analisarmos nossa história mais recente, partindo da Proclamação da República até os dias atuais, percebemos que a construção da identidade brasileira passa pela relação do nacional

---

17 GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região & Globalização*. Rio de Janeiro, Autentica, 2010, p. 18.

18 BOURDIEU, Pierre. L'Identité et la représentation – Eléments pour une réflexion critique sur l'idée de région. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 35, 1980, p.69.

19 HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

*versus* o regional, da tradição *versus* a modernidade, do popular *versus* o erudito, da unidade *versus* a diversidade, do unitário *versus* a federação, etc.

Em seu livro *A parte e o todo*, Oliven<sup>20</sup> (2006) argumenta que a conotação política do regionalismo varia, tendo por base o contexto social e a época em que este se configura. Se faz necessário reconhecer que o sistema federativo assumido pelo regime republicano no Brasil implantou a prática da autonomia dos estados brasileiros, fazendo com que os atores criassem sentimentos de identidade fortalecidos em cada uma das unidades do país. De modo concomitante à história nacional, prosperaram histórias estaduais, que, de pronto, foram entendidas como regionais e assumiram papel importante, e é assim que se entende, até hoje, a historiografia regional, vinculando o termo região a cada um dos estados do país.

Para Oliven<sup>21</sup>, “[...] regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificadas territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado”. É nesse contexto de afirmação de identidades regionais/estaduais que nasce o regionalismo, com intensas disputas.

O regionalismo é um problema político, não por ameaçar a unidade nacional, mas por ser um elemento que, além de propiciar o desenvolvimento de preconceitos regionais, utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias.

Dentro do plano da construção da identidade nacional durante a implantação do Estado Novo (1937), o Brasil testemunhou episódios como a queima das bandeiras, a proibição do ensino em línguas estrangeiras e a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica nas grades escolares. A partir do golpe de 1964, quando os militares tomaram o poder, o Brasil passou por um processo de centralização econômica, política e administrativa, o que conduziu o país ao enfraquecimento regional e estadual. Em função dessa crescente centralização, observa-se, no Brasil, hoje, um clamor por uma reforma tributária que favoreça mais recursos aos estados e aos municípios.

Em função das novas e importantes contribuições dos estudiosos/historiadores em torno dos tópicos relacionados à região e da metodologia da história regional, cabe, aqui, ressaltar a importância do duplo significado de fronteira, conforme nos esclarecem Reguera e Harres<sup>22</sup> (2011, p. 25), que afirmam que “o primeiro consiste na *fronteira-linha*, que separa, define territórios; o segundo, o de *fronteira-zona*, que promove intercâmbios e interações econômicas, sociais, políticas e culturais”.

---

20 OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Vozes, 2006.

21 OLIVEN, Ruben George.

22 REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza (orgs.). *Da região à nação: relações de escala para uma história comparada Brasil – Argentina* (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 25.

O Rio Grande do Sul só foi economicamente integrado ao restante do Brasil um século depois de seu descobrimento, quando houve grande interesse no gado xucro existente em nossas terras, de onde se exportava couro para a Europa. O mesmo produto era, também, enviado para a área da mineração da zona das Minas Gerais. Historicamente, um tema recorrente na relação do Rio Grande do Sul com o Brasil é justamente um marco emblemático, a Revolução Farroupilha (1835-1845), que marca um período no qual os estancieiros se acharam insatisfeitos com a tributação do Império sobre produtos como o charque e o couro. A revolta durou dez anos e só terminou com a anistia dos revolucionários. Esse episódio sangrento deixou seu lema gravado na história e na bandeira do Rio Grande do Sul – Liberdade, Igualdade e Humanidade –, mantendo o fato na memória coletiva dos habitantes do estado. Essa memória coletiva ajuda a construir a sua identidade através da figura do *gaúcho*, fazendo referências a um passado glorioso, marcado por lutas, liberdade, força, honra, coragem e virilidade.

Chaves<sup>23</sup> argumenta, sobre a construção social da identidade do gaúcho, que “[...] trata-se essencialmente de um fenômeno ideológico o processo de construção do gaúcho como campeador e guerreiro, [...] transportando-o ao plano de mito”. O pensador fluminense Oliveira Vianna<sup>24</sup>, em seu clássico *Populações Meridionais do Brasil*, chegou à conclusão, após analisar o campeador rio-grandense, de que “O gaúcho é socialmente um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra, assim, a experiência de guerra teria dado à elite gaúcha a capacidade de mando e a prática da organização de grandes massas humanas”.

Isso ganha respaldo no fato de que, nas décadas de 1980 e 1990, houve, no estado do Rio Grande do Sul, um grande avanço no número de Centro de Tradições Gaúchas (CTGs), o que fez com que ocorresse um intenso crescimento nas coisas ligadas ao regionalismo do Rio Grande do Sul, mesmo em um período em que, conforme aponta Oliven<sup>25</sup>, quando se refere à diversidade cultural no Brasil, “muitas vezes se imaginava tratar de um conceito em vias de perder sua importância diante do processo de mundialização da cultura e da crescente globalização da economia”.

Assim como Ruben Oliven, muitos outros intelectuais viam, no fenômeno do “gauchismo”, um modismo passageiro ou uma ideologia obsoleta, no entanto, o movimento se mostrou duradouro e esses autores não imaginavam que, mesmo em uma época em que o mundo está cada vez mais conectado, plugado na tecnologia como uma aldeia global, a discussão sobre o sentimento regional

---

23 CHAVES, Flávio Loureiro. O gaúcho: literatura e ideologia. *O estado de São Paulo*, Suplemento Cultura, ano IV, n. 177, 30 de outubro de 1983, p. 2.

24 OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Populações Meridionais do Brasil* – Vol 2: O campeador rio-grandense. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974, p. 159-169.

25 OLIVEN, Ruben George.

se faz presente, o que implica o reaparecimento ou o renascimento da tradição, não só no Brasil, mas em vários lugares do mundo.

### **Considerações finais**

Muito tem se falado sobre globalização nos últimos anos. Isso não é tarefa fácil, pois requer habilidade em compreender dialeticamente a região inserida no todo, entender a complexidade do fenômeno regional num período de tempos velozes, de mudanças permanentes e da interligação do planeta. As falas partem das mais diversas matrizes teóricas, filosóficas e ideológicas. Pensar a “região” nos leva a várias questões e subsiste uma antiga discussão que provocou os historiadores/pesquisadores desde os tempos imemoriais até nossos dias. Se por um lado há aqueles que enxergam maravilhas nesse novo período da história, por outro, há aqueles que formulam duras críticas quanto à questão da construção de conceitos de região e identidade nacional. O certo é que o entendimento da região tem que acompanhar as mudanças derivadas do novo período, para que não tenhamos interpretações distorcidas e para que acreditemos que o estudo das regiões é extremamente necessário para melhor interpretar a realidade como um todo. Com isso, poderemos melhorar nossa visão do Brasil e do mundo.